

O MUNDO FORA DO ARMÁRIO: TEORIA *QUEER* E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THE WORLD OUT OF THE CLOSET: QUEER THEORY AND INTERNATIONAL RELATIONS

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p41-50

Resumo

O objetivo é examinar as principais contribuições da teoria *queer* à área de Relações Internacionais. O argumento central aponta que a teoria *queer* permite observar que: 1) Estados e nações são construções históricas que regulam as atividades sexuais a fim de garantir a sua reprodução biológica e social; 2) a (in)visibilidade de certos corpos em estratégias de segurança é uma forma de violência discursiva que tem a função de reforçar as ortodoxias e as hierarquias de gênero, sexo e sexualidade; 3) a globalização permitiu o surgimento de “sexualidades fluidas” apolíticas, marcando a comoditização do corpo e da identidade no nível internacional e a domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo; 4) a sexualidade está na interseção com a etnicidade e outras categorias, desempenhando um papel constitutivo de hierarquias nos processos de militarização, nacionalização e redefinição de identidades estatais no nível internacional.

Palavras-chave: Teoria *queer*. Relações Internacionais. Sexualidade. Política internacional.

Abstract

The aim is to examine the major contributions of queer theory to the discipline of International Relations. The central argument indicates that queer theory allows us to observe that 1) states and nations are historical constructions that regulate sexual activities in order to ensure their biological and social reproduction, 2) the (in) visibility of certain bodies on security strategies is a form of discursive violence that serves to strengthen the orthodoxies and hierarchies of gender, sex and sexuality, 3) globalization has allowed the emergence of apolitical “fluid sexualities” in the light of the commodification of the body and identity at the international level and the domestication of sexuality under the logic of consumption, 4) sexuality is at the intersection with ethnicity and other categories playing a constitutive role of hierarchies in the processes of militarization, nationalization and redefinition of state identities at the international level.

Keywords: Queer Theory. International Relations. Sexuality. International politics.

Diego Santos Vieira de Jesus

Professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ).

E-mail: dsvj@puc-rio.br ; dvieira@espm.br.

A teoria *queer* foi criada nos EUA em departamentos de Filosofia e Crítica Literária no fim da década de 1980 e ganhou visibilidade a partir de conferências em universidades da Ivy League acerca da dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. Até então, as ciências sociais pareciam conceber a ordem social como sinônimo de heterossexualidade, de forma que até mesmo os estudos sobre minorias preservavam a norma heterossexual. Em 1990, Teresa de Lauretis, da Universidade da Califórnia, empregou a denominação *queer theory* para contrastar esse empreendimento com os estudos *gays* e lésbicos, e, em termos políticos, logo o termo *queer* – um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio – passou a ser utilizado em referência a movimentos críticos aos de caráter assimilacionista. Em nível teórico e metodológico, os estudos *queer* desenvolveram-se a partir do encontro entre uma corrente dos Estudos Culturais nos EUA e o pós-estruturalismo francês, que questionou concepções de identidade e identificação e concebeu o sujeito como provisório e circunstancial. A sexualidade é vista nos estudos *queer* como um dispositivo histórico do poder que insere o sexo em sistemas de unidade e regulação social. Uma atenção especial foi conferida pelos teóricos *queer* aos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social na contemporaneidade, em particular os conhecimentos e práticas que sexualizam corpos, desejos, atos, identidades e relações sociais (MISKOLCI, 2009: 150-154).

Os teóricos *queer* se engajaram em debates com especialistas das diversas áreas do conhecimento, inclusive com a área de Relações Internacionais, de forma mais intensa a partir da década de 1990. O objetivo deste artigo é examinar as principais contribuições da teoria *queer* a essa área. O argumento central aponta que a teoria *queer* permite observar que: 1) Estados e nações são construções históricas que regulam as atividades sexuais a fim de garantir a sua reprodução biológica e social; 2) a (in)visibilidade de certos corpos em estratégias de segurança é uma forma de violência discursiva que tem a função de reforçar as ortodoxias e as hierarquias de gênero, sexo e sexualidade; 3) a globalização permitiu o surgimento de “sexualidades fluidas” apolíticas, marcando a comoditização do corpo e da identidade no nível

internacional e a domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo; 4) a sexualidade está na interseção com a etnicidade e outras categorias desempenhando um papel constitutivo de hierarquias nos processos de militarização, nacionalização e redefinição de identidades estatais no nível internacional. Primeiramente, apresentarei as principais influências e argumentos da teoria *queer*. Logo após, examinarei suas principais contribuições ao estudo de temas da área de Relações Internacionais. Antes de tecer as considerações finais, examinarei o diálogo da teoria *queer* com os estudos pós-coloniais nessa área.

A teoria *queer*: principais influências e argumentos

Autores como Michel Foucault e Judith Butler influenciaram consideravelmente a produção dos teóricos *queer*. O desejo pela pluralidade de forças e ideias políticas refletiu-se nas obras de autores que questionaram suposições fundamentais sobre como era possível entender e mudar o mundo. Foucault (2005) rejeitava a ideia de que o sexo fosse simplesmente a expressão da biologia humana e sustentava que as ideias sobre sexo e a forma como o sexo era vivido mudavam ao longo do tempo e de uma sociedade para a outra. Por exemplo, em alguns momentos da história, pessoas eram condenadas por “sodomia”, uma categoria que incluía vários atos sexuais e era vista como um pecado que qualquer um poderia estar propenso a cometer, de forma que cometê-lo não tornava os indivíduos um tipo específico de pessoa; segundo Foucault, o sodomita era concebido como uma “aberração temporária”. Já o homossexual do século XIX tornou-se, na visão de Foucault, “um personagem”, de forma que nada que o compunha não era afetado por sua sexualidade. Foucault situa essa mudança no século XIX, um período em que controles sobre o comportamento eram impostos pela Medicina, Psiquiatria e Direito. O poder não era concebido por Foucault como inerentemente repressivo, mas também criativo, tendo desenvolvido no século XIX um conjunto de novas figuras sexuais das quais o homossexual era parte. A sexualidade não deveria ser pensada como um tipo de dado natural que o poder tentava manter sob controle (WILSON, 2011). Foucault examina a “invenção do homossexual” e aponta que as identidades sociais eram efeitos da maneira como o conhecimento era organizado e a produção social de

identidades era naturalizada nos saberes. A sexualidade foi tema em ciências que a descreveram, regularam e normalizaram, delimitando suas formas aceitáveis e não-aceitáveis (MISKOLCI, 2009: 153).

A ideia foucaultiana de que a sexualidade era socialmente construída informou grande parte da produção histórica e sociológica. Tal percepção, mostrou-se importante para o entendimento da sexualidade em sociedades não-europeias. Os conceitos ocidentais de homossexualidade não podem ser encontrados em sociedades africanas tradicionais, por exemplo, uma vez que elas operavam com diferentes conceitos de sexualidade. Tais questionamentos tornaram-se ainda mais proeminentes, uma vez que se desenvolveu a tendência de se aceitarem estereótipos que concebiam os europeus como sexualmente tolerantes e os povos africanos e do Oriente Médio como homofóbicos. Nas próprias sociedades ocidentais, o questionamento de categorias como “homossexual” e “heterossexual” foi importante num momento em que ativistas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros/transsexuais (LGBT) pareciam aceitar as explicações biológicas sobre a sexualidade a fim de defenderem que tinham “nascido daquele jeito” e, por conta disso, não poderiam ser condenados pelos seus desejos. De fato, as pessoas tinham uma variedade de experiências sexuais que não se limitavam a duas ou três categorias. Da mesma forma que as pessoas podem ter diversos desejos sexuais e realizar vários atos sexuais, elas podem ter uma “identidade sexual” nas suas próprias mentes, e outras pessoas podem atribuir uma identidade a elas. Esses diferentes níveis – atos, identidade interna e identidade atribuída – podem se combinar de formas distintas, e tal questão se mostrou politicamente importante na construção de um movimento LGBT mais inclusivo, já que nem todos os membros se enquadravam perfeitamente em categorias como “lésbica”, “gay” ou “bissexual”. O reconhecimento da construção social da sexualidade ajudou a construir um movimento que incluiu os transgêneros, em geral separados de conceitos que se baseiam no gênero da pessoa desejada, como “gay” ou “lésbica” (WILSON, 2011). No campo da produção acadêmica, como destaca Richard Miskolci (2009: 154-155), os teóricos *queer* entenderam que a sexualidade era um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, estabelecido entre elementos diversos como a literatura,

a ciência, as instituições e as proposições morais. Pode-se assim entender a atenção dos teóricos *queer* à análise discursiva de obras artísticas e de produções midiáticas.

Para Butler, temos hoje uma ordem compulsória que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Butler opera com o conceito de “performatividade”, termo utilizado na filosofia da linguagem com referência aos atos do discurso que procuram não só descrever o mundo, mas mudar o mundo e não podem ser descritos como verdadeiros ou falsos. A autora rejeita a ideia de que atos que identificam uma pessoa como uma mulher reflitam uma essência feminina. Na verdade, forças sociais nos pressionam a nos comportarmos como homens ou mulheres e a crença de que existe uma identidade feminina interna é resultado desses comportamentos repetidos. Segundo Butler, não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas expressões ditas como seus resultados. Assim, aqueles atos devem ser repetidos uma vez que “ser homem” e “ser mulher” são questões internamente instáveis. O corpo sexuado tem uma realidade material, mas o discurso tem um papel na percepção dele: referir-se a alguém como homem ou mulher não é simplesmente declarar um fato. Tais declarações sempre se baseiam e reforçam ideias sobre gênero. Por conta disso, Butler traz uma polêmica com a política de identidade feminista, concebida em geral como uma solidariedade monolítica entre todas as mulheres, que têm em comum exatamente a essência feminina cuja existência Butler nega (WILSON, 2011). Para Butler, como um gesto performativo que produz significados, o *gênero não deve ser* somente visto como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, mas tem de designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Ademais, ele produziria uma falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes e mantida pela repetição de atos, gestos e signos do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos (BUTLER, 2003). Butler sinaliza que transsexuais e travestis seriam justamente a subversão da ordem estabelecida, a ousadia que não exclui sofrimento e marginalização e simultaneamente abala a coerência compulsória. A autora dedicou-se ao desmonte, por meio

de atos subversivos, da heteronormatividade, conceito que expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural, bem como as prescrições que fundamentam processos sociais de regulação e controle, até mesmo para aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Segundo Miskolci (2009: 157), o estudo da sexualidade implica explorar os meandros da heteronormatividade, “tanto a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, quanto a padronização heteronormativa dos homo orientados”.

A teoria *queer* foi além do foco mais estreito dos estudos LGBT sobre questões em torno da identidade sexual e abarcou temas relacionados à sexualidade e ao gênero em campos como a História, a Literatura e os Estudos Culturais. O termo *queer* descreve os modelos analíticos que desvelam incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo, gênero e desejo. Embora em geral a teoria *queer* seja associada a temas relacionados a *gays* e lésbicas, sua estrutura analítica também inclui temas como hermafroditismo e ambiguidade de gênero, por exemplo. A maior parte dos autores *queer* opõe-se à heteronormatividade, criticando a suposição de que o desejo pelo sexo diferente seria uma posição padrão universal, da qual o desejo pelo mesmo sexo seria uma exceção. Eles também rejeitam a homonormatividade, que se traduz numa tentativa de promover uma versão do desejo pelo mesmo sexo que aceita os valores da sociedade existente (WILSON, 2011). A teoria *queer* situa-se como uma das subdivisões dos estudos subalternos que buscam responder a demandas de grupos sociais como imigrantes, negros, mulheres e homossexuais. A obra fundadora dos estudos *queer* foi a de Eve Sedgwick (1985), mas, desde então, o foco desses estudos – em geral associados ao estudo do desejo e da sexualidade – ampliou-se para a articulação de múltiplas diferenças nas práticas sociais e crítica à relação entre diferentes formas de opressão, como o racismo, o sexismo e a homofobia. Não foi à toa que, como aponta Miskolci (2009: 160-161), muitos autores interpretam o *queer* como uma resposta crítica à globalização e aos modelos norte-americanos de identidade heterossexuais, ao feminismo liberal e à cultura *gay* integracionista, num esforço de resistência à americanização branca, hetero-*gay* e colonial do mundo. A aliança com os Estudos Pós-

Coloniais sinalizou a existência de um consenso de que as diferentes formas de opressão são interdependentes.

Uma série de fatores contribuíram para a emergência da teoria *queer* no fim da década de 1980 e início da década de 1990, como o ímpeto dado pela maior discussão sobre HIV/AIDS na formação de alianças políticas entre lésbicas e *gays* e o advento das abordagens teóricas pós-estruturais. O desenvolvimento da teoria *queer* também é identificado com uma resposta crítica às teorias feministas sobre sexualidade que eram vistas como limitadas por sua ênfase no gênero (RICHARDSON, 2006: 24, 27). Perguntar-se como as teorias feministas e *queer* se inter-relacionam é levantar questões metodológicas e epistemológicas relacionadas aos conceitos de gênero e sexualidade. O trabalho de Gayle Rubin – que, no início dos anos 1980, defendia que gênero e sexualidade estavam conectados, mas eram duas áreas distintas da prática social – influenciou os debates contemporâneos sobre a teoria *queer*, uma vez que a autora sinalizava que, se o objetivo primordial das abordagens feministas era teorização sobre gênero, então era necessário algo mais que a teoria feminista para conseguir examinar a organização social da sexualidade (RUBIN, 1984: 314). A teoria *queer* também foi informada pela obra de Adrienne Rich (1980) acerca da “heterossexualidade compulsória”, num trabalho que iluminou a natureza social e economicamente construída da heterossexualidade e representou uma primeira tentativa de desnaturalizar as relações heterossexuais. A autora explorou a ligação entre a heterossexualidade como uma instituição social e a opressão das mulheres, desafiando a suposição de que a maior parte das mulheres era inatamente heterossexual e sugerindo que a heterossexualidade poderia não ser uma “preferência”, mas algo que tinha que ser imposto, gerido, organizado e mantido pela força. Ela descreveu alguns fatores que coagiam as mulheres à heterossexualidade, como a posição desigual das mulheres no mercado de trabalho, a idealização do romance e do casamento heterossexual e a associação da heterossexualidade com a ideia de “normalidade” (RICH, 1980). Hoje, a relação produtiva que muitos teóricos *queer* procuram estabelecer com as teorias feministas pode ser vista no desenvolvimento de críticas ao binarismo homossexual/heterossexual, que focam na forma como os entendimentos sobre sexualidade informam o social. A teoria *queer* permite detalhar como

a homossexualidade e a heterossexualidade servem para definir uma a outra: a heterossexualidade é sustentada e ameaçada pelo “outro sexual”. Além disso, o diálogo entre a teoria *queer* e as teorias feministas pode ser visto no desenvolvimento de críticas às suposições normativas sobre sexualidade e gênero e às funções regulatórias de técnicas normalizantes de controle, bem como na identificação da necessidade de estruturas críticas que problematizem entendimentos universalizantes da relação da sexualidade com o gênero e na expansão, feita pela teoria *queer*, do conceito de diferença de forma a abarcar a teorização das articulações de poder entre sexualidade, gênero, raça e classe (RICHARDSON, 2006: 35-36).

Como aponta Stevi Jackson (2006: 38-43), tanto para feministas como para teóricos *queer*, gênero e sexualidade são fenômenos sociais e não naturais. Segundo a autora, um entendimento social da sexualidade e também do gênero faz mais do que simplesmente revelar que o “normal” é normativo em vez de natural. Esse entendimento pode também demonstrar que o gênero e a sexualidade são construções muito complexas para uma integração funcional perfeita. A teoria *queer* contribuiu para revelar a contingência dessa inter-relação, haja vista a obra de Eve Sedgwick (1985). Sedgwick demonstrava que a dominação das mulheres era associada à rejeição das relações amorosas entre homens, de forma que a misoginia e a homofobia mostravam-se interdependentes. No estudo dos triângulos amorosos nos romances ingleses do século XIX, Sedgwick desvelou que a heterossexualidade era priorizada por meio de um dispositivo que a naturalizava e a tornava compulsória (MISKOLCI, 2009: 155-156).

Na visão de Jackson (2006: 40-43), para que se entendam melhor como as interconexões entre gênero, sexualidade e heterossexualidade foram naturalizadas como aspectos dados da vida social, é necessário conferir mais atenção a aspectos da vida social que são raramente endereçados pelos teóricos *queer*. Eles buscam desnaturalizar a heterossexualidade e revelar que ela depende do “outro excluído” para sua definição e posição privilegiada, mas parecem demonstrar pouco interesse no que ocorre dentro das relações heterossexuais, com as práticas diárias e as estruturas institucionais que sustentam uma ordem social heterossexual e permeada por discursos de gênero. Para a autora, o gênero é uma divisão social hierárquica entre mulheres e homens

imersos em instituições e práticas sociais, de forma que é parte da ordem social e uma distinção cultural amplamente concebida como dada, mas que recebe significado e que é vivida por indivíduos que o produzem e reproduzem em sua interação cotidiana. Já a sexualidade não seria redutível ao binarismo heterossexual-homossexual, mas à multiplicidade de desejos e práticas que existem ao longo dessa divisão. A sexualidade abarcaria todos os aspectos eroticamente significativos da vida, como desejos, práticas, relações e identidades. O conceito de sexualidade assim se refere a um campo fluido, uma vez que o que é sexual no sentido de erótico não é fixo, mas depende do que é definido como tal. Os sentidos são contextuais e variáveis.

A teoria *queer* nas Relações Internacionais

Como em outras áreas do conhecimento, a área de Relações Internacionais frequentemente tomou a sexualidade como um dado e partiu de modelos socialmente hegemônicos. Assim, a teoria *queer* permitiu que um maior foco pudesse ser dado aos processos de constituição da sexualidade a partir da díade hetero/homossexualidade e à desconstrução dos discursos produtores de saberes sexuais, inclusive as próprias Teorias de Relações Internacionais. Uma atenção especial foi oferecida aos processos sociais classificatórios e hierarquizadores nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos, as quais geram a ilusão de sujeitos estáveis e identidades sociais regulares e coerentes (MISKOLCI, 2009: 168-169). Uma das obras pioneiras da teoria *queer* em Relações Internacionais é a de Cynthia Weber (1999). Ao examinar intervenções militares dos EUA na América Latina de 1959 a 1994, Weber coloca que a política externa dos EUA é um conjunto de deslocamentos estratégicos da ansiedade de castração. Desde então, Weber e outros autores questionaram-se o que é *queer* nas Relações Internacionais, como tal conceito veio a ser entendido pela área e de que formas a sexualidade se constituiu como um domínio da prática política internacional e foi mobilizada de forma a trazer questões sobre a formação do Estado e da nação, a guerra e a paz e a economia política global. Os tópicos que passaram a ser investigados incluíam a análise das formas pelas quais a heteronormatividade funcionava em relação a questões como nacionalismo e etnicidade,

a composição das Forças Armadas dos Estados, asilo e migração e mobilização social em nível internacional, por exemplo.

Quanto à formação do Estado e da nação, V. Spike Peterson (1999) argumenta numa perspectiva *queer* que Estados e nações são construções históricas que constituem famílias heteropatriarcais como unidades fundacionais e regulam as atividades sexuais a fim de garantir a continuidade intergeracional e as desigualdades. Contudo, décadas de uma política feminista e *queer* desestabilizam esses arranjos, e a teoria *queer* – em diálogo com a feminista – permite explorar como Estados e nações contemporâneos são constituídos e as mudanças nesses arranjos que os constituem. Nessa perspectiva, a normalização do desejo exclusivamente heterossexual teria as funções de manutenção da reprodução biológica e social das nações, diferenciação das identidades de grupo e definição de ideologias políticas. Na visão da autora, o nacionalismo reproduz o privilégio heterossexista e a opressão dentro de um grupo à custa das mulheres e dos homens feminilizados, independentemente da identidade política – raça, etnicidade, religião – pela qual se diferencia de outros grupos. Ao mesmo tempo, o nacionalismo é generificado em termos de como a naturalização da dominação entre grupos – por meio da depreciação do feminino – invoca e reproduz a dominação masculina.

Quanto às questões de guerra e paz, Laura Shepherd e Laura Sjoberg (2012) argumentaram que tanto a invisibilidade dos corpos *queer* generificados em perspectivas históricas sobre o aparato de guerra como a visibilidade de corpos *queer* generificados em estratégias contemporâneas de segurança são formas de violência discursiva que têm funções performáticas específicas, como reforçar as ortodoxias e as hierarquias de gênero/sexo e segurança e situar os corpos *trans* como simultaneamente diferentes/desviantes e vulneráveis/em necessidade de proteção. As autoras demonstram a necessidade de se teorizar o “cisprivilégio” – privilégio daqueles que se identificam, sentem-se confortáveis e são vistos como pertencentes ao gênero/sexo que lhe foram designados no nascimento ou que foram levados a crer que são assim – nos estudos de segurança internacional.

No que diz respeito à economia política global, cabe destacar que a globalização econômica ocorreu concomitantemente à globalização das identidades

sexuais, que tiveram um impacto particular na autopercepção de pessoas não-heterossexuais ao redor do mundo. Um dos aspectos dessa sexualidade global é baseado no conceito ocidental de identidade sexual como um local de ação política, que envolve a criação de um sujeito dotado de direitos sob as condições da democracia liberal e se espalhou pelo mundo por conta da dominação cultural e econômica ocidental. Porém, paralelamente à figura globalizada do “*gay* político transnacional” e suas interseções com os movimentos locais *gays* e lésbicos, os estudos *queer* contemporâneos demonstraram a preocupação de que a política LGBT desaparecesse sob o domínio da cultura de comoditização no contexto do capitalismo global, como sinaliza Judith Halberstam (2005). Ao discutir a formação de identidades sexuais em relação à emergência de novos mercados consumidores e da cultura de consumo no Ocidente, Rosemary Hennessy (2000) identifica o surgimento de “sexualidades fluidas” apolíticas como uma marca da comoditização do corpo e da identidade e a domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo.

No que diz respeito às questões relativas ao nacionalismo e à etnicidade, Katja Kahlina (2011: 32-33) argumenta que o gênero e a sexualidade – na interseção com a etnicidade – tiveram um papel constitutivo nos processos de militarização, nacionalização e redefinição de identidades nacionais na antiga Iugoslávia. As mulheres eram percebidas como aquelas que originavam as gerações seguintes, enquanto os homens eram geralmente construídos como os mantenedores do material genético da nação. As diferentes construções dos corpos sexuais de mulheres e homens tiveram um papel crucial na definição de um grupo étnico em termos de sua pureza. Mais especificamente, foi na lógica de um discurso de “pureza étnica” que a heterossexualidade masculina foi construída como um elemento decisivo no controle e na definição das fronteiras étnicas, o que, ao mesmo tempo, dependia do controle da sexualidade feminina procriativa. O corpo masculino era, assim, simultaneamente masculino e étnico no contexto da guerra por territórios etnicamente “limpos” que caracterizou o conflito armado na antiga Iugoslávia. A interseção de gênero, sexualidade e etnicidade era também inseparável da produção heterossexista do “homem croata”: a imagem do “*gay* sérvio” constituía um meio de se definir o “outro”. Tal categoria identitária tinha

uma função dupla: ao tirar o poder da masculinidade do homem sérvio, sua função era diminuir o poder de sua etnicidade, e, ao mesmo tempo, ao expulsar os homens não-heterossexuais do pertencimento nacional, a imagem do “gay sérvio” demarcou as fronteiras do *self* étnico croata em termos heteronormativos.

Quanto à composição das Forças Armadas dos Estados, Carol Cohn (1998) analisa que um ponto importante de atração das Forças Armadas para muitos de seus membros é a garantia de masculinidade heterossexual. Essa garantia é especialmente importante porque as Forças Armadas oferecem uma situação de laços intensos entre homens, um ambiente muito mais homosocial e homoerótico do que aqueles em que a maioria dos homens teria oportunidade de estar. Num momento em que as Forças Armadas garantem sua “condição de homem”, os homens podem experimentar impulsos eróticos, sexuais e emocionais que de outra forma teriam que censurar neles mesmos pelo medo de serem vistos por eles mesmos ou pelos outros como homossexuais e assim não se sentirem “homens de verdade”. Assim, nas Forças Armadas, os homens ganhariam a habilidade de estar com outros homens em formas que transcendem as limitações das relações entre homens que a maior parte dos homens vive na vida civil.

Nas questões relativas a asilo e migração, Calogero Giametta (2013) examinou indivíduos que buscam refúgio por conta do receio da perseguição em seus Estados de origem devido à sua orientação sexual ou à sua identidade de gênero. O autor procurou criticar a produção da vitimização que opera pelo sistema de instituições ao longo do processo de refúgio. Já Christopher Michael Sweetapple (2012) argumenta que, na Europa contemporânea, a política sexual e a política de migração convergiram em torno da figura do muçulmano: a homofobia foi ativamente construída como inerente ao Islã e aos muçulmanos, e, nesse processo, cidadãos homossexuais e imigrantes muçulmanos foram entendidos como categorias mutuamente opostas de identidade. O autor procura questionar o hábito discursivo de segregar os *gays* dos muçulmanos por meio de uma investigação dos sujeitos que lidam na interseção da exclusão islamofóbica crescente com o reconhecimento *queer*. Conduzindo uma pesquisa etnográfica com muçulmanos *gays* em Berlim, Sweetapple procurou examinar com quais recursos

culturais e semióticos os muçulmanos *gays* produzem e mantêm identificações que são habitualmente vistas como irreconciliáveis no discurso público, bem como a que nível tais “invenções políticas” e práticas cotidianas combinam e ressignificam elementos da diferença racial, cultural e religiosa.

No que diz respeito à mobilização social no nível internacional, Cai Wilkinson & Anna Kirey (2010) examinaram as formas em que a juventude não-heterossexual e transgênero envolvida com a ONG Labrys no Quirguistão começou a demandar a proteção de seus direitos civis e humanos básicos na base de sua autoidentificação como LGBT. O acrônimo é relativamente novo ao Quirguistão e a outros Estados pós-soviéticos e representa uma mudança nos termos usados por pessoas não-heterossexuais e transgênero para se autodescreverem. As autoras sugerem que o uso estratégico do acrônimo LGBT como uma identidade pública e politizada representa uma nova forma proativa de gerenciamento do estigma. Ao empregar essa estratégia, a juventude LGBT desafia normas sociais tradicionais que procuram manter a discussão de sexo e sexualidade na esfera privada e restringir os direitos a cidadãos heterossexuais e cisgênero.

O diálogo com os estudos pós-coloniais na área de Relações Internacionais

O diálogo entre a teoria *queer* e os estudos pós-coloniais em Relações Internacionais desdobrou-se num momento em que o sexo e a sexualidade operaram como meios de articulação entre indivíduo e sociedade e se tornaram o foco dos dispositivos reguladores das relações “raciais”, entre classes e com o “estrangeiro”. Nesse sentido, as questões em torno da própria nacionalidade confundem-se com raça e sexualidade: o que é “subtraído” é fundamental para criar a comunidade imaginada como um todo homogêneo; no caso, privilegiam-se as relações entre pessoas do sexo oposto, da mesma raça, preferencialmente da mesma classe e voltadas para a reprodução (MISKOLCI, 2009: 176-177). Tanto teóricos *queer* como os teóricos pós-coloniais buscam desnaturalizar narrativas de origem e o conceito de nação na área de Relações Internacionais. Segundo David Eng (2003), a diáspora *queer* propõe maneiras de problematizar estruturas familiares e de

parentesco tradicionais e redefinir comunidades nacionais ou transnacionais não com base na origem ou na genética, mas antes por destino, afiliação e redes de práticas e interesses sociais.

Rahul Rao (2012) coloca que o poder imperial definiu as subjetividades sexuais onde quer que tivesse encontrado a diferença a partir da introdução de discursos do Direito, da Medicina e da Literatura que situavam os indivíduos numa matriz sexual que se originou na Europa do século XIX. Ele introduziu e impôs novos julgamentos morais sobre diferentes locações dentro dessa matriz, que se traduziram, por exemplo, na associação da intimidade com o mesmo sexo com perversão moral em sociedades orientais sob um espírito heteronormalizante europeu. A heteronormalização da sociedade era vista como uma marca da modernidade no século XIX, diferentemente do que parece operar na contemporaneidade. Entretanto, Estados ocidentais continuam hoje arrogando para eles mesmos o poder de definir o conteúdo da modernidade. Por isso, é difícil confiar que o poder imperial contemporâneo permitirá realmente a autodeterminação sexual, uma vez que a distribuição desigual de poder no sistema internacional pode produzir um bem que pode ser utilizado como razão para a perpetuação das assimetrias de poder.

Vivienne Jabri (2013) aponta que as Relações Internacionais como uma disciplina foram e continuam sendo baseadas nos legados da modernidade europeia, em geral ao custo da negação completa dos imperativos colonizadores desse período específico da história. A crítica pós-colonial da disciplina ilumina sua violência epistêmica e suas ontologias excludentes, enquanto ao mesmo tempo revela vozes pós-coloniais e sua marca no sistema internacional. Na visão da autora, a teoria *queer* é um produto de um legado ocidental, mas critica a confiança constitutiva de qualquer discurso homogeneizante na figura do abjeto, do anormal e do desprezado. Gradativamente, observa-se o reconhecimento da violência perpetrada contra o “outro” *queer* interno. As práticas, as experiências e as produções culturais *queer* podem ser vistas como gerativas e constitutivas de espaços *queer*, sugestivos da materialização da cultura *queer*, nos quais ela pode ser articulada em todas as suas manifestações diversas. Jabri (2013) procura explorar a noção do “internacional *queer*” como um “espaço *queer* global” a partir das ideias de

visibilidade/invisibilidade. Ao focar nas obras de cineastas do mundo pós-colonial – especificamente da África e da Índia, a autora identifica as interseções de raça, gênero e sexualidade e argumenta que momentos constitutivos de “espaços *queer* globais” emergem de atos de violência homofóbica perpetrados pela heteronormatividade cultural e religiosamente sancionada. A violência está envolvida na dialética de (in)visibilidade, tornando visível aquilo que pretende suprimir ou eliminar.

Considerações finais

Foi possível observar que a teoria *queer* pode trazer uma multiplicidade de contribuições aos estudos de temas da área de Relações Internacionais. Ela viabiliza a concepção crítica do Estado e da nação como construções históricas que regulam as atividades sexuais para permitir a sua reprodução biológica e social. Ela também aponta que a (in)visibilidade de certos corpos em estratégias de segurança pode reforçar as ortodoxias e as hierarquias de gênero, sexo e sexualidade e que a globalização caracterizou-se pela comoditização do corpo e da identidade no nível internacional e pela domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo. Ademais, em diálogo com os estudos pós-coloniais, a teoria *queer* permite observar que a sexualidade desempenha, em interação com a etnicidade e outras categorias, um papel na construção de hierarquias em processos de militarização, nacionalização e redefinição de identidades estatais.

Referências bibliográficas:

- BUTLER, Judith. (2003). *Bodies that Matter: on the discursive limits of sex*. Nova York: Routledge.
- COHN, Carol. (1998). “Gays in the Military: Texts and Subtexts”. In: ZALEWSKI, Marysia; PARPART, Jane (Ed.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. Boulder, CO: Westview Press, pp. 129-149.
- ENG, David L. (2003). “Transnational Adoption and Queer Diasporas”. In: *Social Text*, n.76. Durham: Duke University Press, pp.1-37.

- FOUCAULT, Michel. (2005). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- GIAMETTA, Calogero. (2013). “‘Rescued’ Subjects? The Question of Agency for Sexuality-based Asylum Claimants”. In: *(Im)possibly Queer International Feminisms*, 2nd Annual Conference, International Feminist Journal of Politics.
- HALBERSTAM, Judith. (2005). *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. Nova York: New York University Press.
- HENNESSY, Rosemary. (2000). *Profit and pleasure: sexual identities in late capitalism*. Nova York: Routledge.
- JABRI, Vivienne. (2013). “Mobilising Queer Theory for a Materialist Understanding of Space and the International”. In: *(Im)possibly Queer International Feminisms*, 2nd Annual Conference, International Feminist Journal of Politics.
- JACKSON, Stevi. (2006). “Heterosexuality, Sexuality and Gender: Re-thinking the Intersections”. In: RICHARDSON, Diane; MCLAUGHLIN, Janice; CASEY, Mark (Ed.). *Intersections between Feminist and Queer Theory*. Nova York: Palgrave Macmillan, pp. 38-58.
- KAHLINA, Katja. (2011). “Nation, state and queers: ethnosexual identities in the interface between Social and Personal in Contemporary Croatia”. In: JÓNASDÓTTIR, Anna Guðrún. et al. (Ed.). *Sexuality, gender and power: intersectional and transnational perspectives*. Nova York: Routledge, pp. 30-44.
- MISKOLCI, Richard. (2009). “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. In: *Sociologias*, Ano 11, n. 21, jan./jun., pp.150-182.
- PETERSON, V. Spike. (1999). “Sexing Political Identities / Nationalism as Heterosexism”. In: *International Feminist Journal of Politics*, v.1, n. 1, jun., pp. 34–65.
- RAO, Rahul. (2012). “‘On ‘gay conditionality’, imperial power and queer liberation’”. In: *Kafila*. Disponível em: <<http://kafila.org/2012/01/01/on-gay-conditionality-imperial-power-and-queer-liberation-rahul-rao/>>. Acesso em: 26 ago. 2013.
- RICH, Adrienne. (1980). “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”. In: *Signs*, v.5, n. 4, pp. 631–660.
- RICHARDSON, Diane. (2006). “Bordering theory”. In: RICHARDSON, Diane et al. (Ed.). *Intersections between Feminist and Queer Theory*. Nova York: Palgrave Macmillan, pp. 19-37.
- RUBIN, Gayle. (1984). “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: VANCE, Carole S. (Ed.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Nova York e Londres: Routledge & Kegan Paul, pp.267-319.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. (1985). *Between Men. English Literature and Male Homosocial Desire*. Nova York: Columbia University Press.
- SHEPHERD, Laura & SJOBERG, Laura. (2012). “Transbodies in/of war(s): cisprivilege and contemporary security strategy”. In: *Feminist Review*, v.101, pp. 5-23.
- SWEETAPPLE, Christopher Michael. (2012). *Convergence and Cleavages: Queer Muslims at the Intersection of Exclusion and Inclusion in Contemporary Europe*. Dissertação de Mestrado – University of Massachusetts, Amherst.
- WEBER, Cynthia. (1999). *Faking it: U.S. Hegemony in a “post-phallic” Era*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- WILKINSON, Cai & KIREY, Anna. (2010). “What’s in a Name?: The Personal and Political Meanings of LGBT for Non-Heterosexual and Transgender Youth in Kyrgyzstan”. In: *Central Asian Survey*, v. 29, n. 4, pp. 485-499.

WILSON, Colin. (2011). “Queer theory and politics”.
In: *International Socialism*, n. 132, out., pp. Disponível
em: <<http://www.isj.org.uk/?id=759>>. Acesso em: 26 ago.
2013.